

## Primeira etapa, o Estado receberá 65,7 mil doses da CoronaVac

Governo de SP



Mauro enviou um vídeo diretamente da Central de Distribuição de Medicamentos do Ministério da Saúde, em Guarulhos, São Paulo. Na primeira etapa, o Estado receberá 65,7 mil doses da CoronaVac, desenvolvida pela farmacêutica Sinovac em parceria com o Instituto Butantan, nesta segunda. A vacinação deve começar nesta semana atendendo, inicialmente, o grupo prioritário, como os profissionais da área de Saúde

PÁG. 3

## Voltas às aulas com salas vazias

Christiano Antonucci



Após ouvir e avaliar a opinião de pais de alunos e profissionais da Educação, o governo de Mato Grosso decidiu que as aulas da rede estadual de ensino não retornarão de forma presencial. Marcado para ter início no próximo dia 8 de fevereiro, o ano letivo será, a princípio, online ou por meio de apostilas. A decisão foi tomada para preservar a saúde dos profissionais e das famílias dos estudantes, após o aumento no número de casos de covid-19 e da ocupação dos leitos de UTI

PÁG. 6

## Pinheiro e Janaína trocam mais farpas

A deputada Janaina Riva e o prefeito Emanuel Pinheiro, ambos do MDB, voltaram a trocar farpas no âmbito político. A parlamentar afirmou que “não há espaço na sigla para o prefeito de Cuiabá”. Em resposta, o gestor rebateu as críticas e disse que “quem pratica política de chapa branca” e que deve sair do partido. O embate político parece estar longe de terminar

PÁG. 4

## Fim do auxílio irá restringir consumo

O pagamento da última parcela do Auxílio Emergencial será no dia 27 de janeiro e irá restringir ainda mais o consumo das famílias contempladas, segundo pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Economia, da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV). Também foi divulgado que quase 3,4 milhões de pessoas devem ser levados à extrema pobreza. As classes D e E, as mais afetadas pela crise e desemprego, estão ainda mais pessimistas com relação à renda

PÁG. 7

## “Várzea Grande foi prejudicada”, diz Kalil

O prefeito de Várzea Grande pediu ao governador Mauro Mendes (DEM) que, independente do modal de transporte a ser construído na Região Metropolitana, a implantação comece na ‘Cidade Industrial’. O gestor afirmou ser favorável à continuidade das obras do VLT, mas disse estar aberto para discutir a troca pelo BRT. A mudança do modal foi anunciada em 21 de dezembro pelo governador e aprovada pelos deputados

PÁG. 5

## Baia de Chacororé pode sumir por falta de água

Localizada no município de Barão de Melgaço o Bahia de Chacororé está sob ameaça de desaparecer do mapa. A seca severa registrada em outubro de 2020, deixou a região irreconhecível e era possível ‘caminhar até o centro da baía sem se molhar’. A planície, que deveria apresentar sinais de recuperação, com o retorno das chuvas ainda está seca. Parte desse desastre tem origem nas intervenções humanas na região alagada

PÁG. 6



Mayke Toscano/Secom-MT

## Produção industrial cai em Mato Grosso

Depois de uma leve recuperação em outubro (+0,8), a indústria mato-grossense voltou a encolher em novembro (-4,3%). Segundo a Pesquisa Industrial Mensal (PIM) - Regional, feita pelo IBGE, dez das 15 localidades analisadas apresentaram alta de outubro para novembro. Já Mato Grosso, junto com o Pará, se destaca entre os locais que apresentaram os piores resultados analisados para o período

PÁG. 8

## Segunda onda faz Seduc rever volta às aulas

PÁG. 5

## EDITORIAL

## Enfim, o Dia D

Enfim sabemos quando será o 'Dia D'. Ainda falta anunciar a 'Hora H' para início da campanha de vacinação, mas esse é apenas um detalhe que será acertado nos próximos dias. A boa nova que correu o Brasil como um raio de esperança é que a tão aguardada vacina será, enfim, disponibilizada na rede pública de saúde a partir do dia 20 de janeiro. Ainda se trata de uma estimativa e, em se tratando de Brasil, pode ser que ocorra algum atra-

so. Afinal, essa história de pontualidade é com os ingleses, aqui a coisa acontece na emoção do momento.

Pela primeira vez, desde o início da pandemia, há esperança de um futuro mais brilhante. Com o início da vacinação em massa poderemos vislumbrar uma luz no fim do túnel, um alento para os trabalhadores e para a economia como um todo, com a possibilidade de retomada vida normal. Claro que essa normalidade ainda vai demorar algum

tempo para se instaurar. As previsões mais animadoras apontam que somente em 2022 poderemos voltar a caminhar livres de máscaras, sem precisar nos preocupar com o contágio.

Existe ainda um risco em potencial. A falta de informação e as campanhas de fake news que circulam pelas redes sociais têm alimentado uma nova revolta da vacina, o que coloca em xeque os esforços dos cientistas para encontrar uma solução para a crise sanitária mundial. A ciência venceu a primeira batalha. Os golpes finais desta guerra estão a cargo da popu-

lação, que precisa cumprir seu papel de ir até os postos de vacinação e estender o 'bracinho' para que os imunizantes façam sua parte.

Não deixemos que as vozes politizadas ou de negacionistas científicos apaguem a grande oportunidade criada pela ciência de vencer definitivamente o vírus. Temos vacinas. Antes de serem ministradas à população brasileira, todas as vacinas passarão pelo crivo da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Temos um sistema público de saúde preparado e organizado, que frequentemente demonstra sua ca-

pacidade de imunizar nossa população. Só precisamos fazer nossa parte.

Juntos e devidamente esclarecidos, conseguiremos vencer o sofrimento causado por esse inimigo invisível que assola nosso país e diariamente toma novas vidas. Viva a ciência! Viva o SUS! E que se inicie a vacinação.

## Máquinas, a todo vapor!

Wellington Fagundes (\*)

Mesmo com um ano desafiador por causa da pandemia de Covid-19, Mato Grosso embarcou ao exterior, no ano passado, em dados ainda a serem finalizados, algo em torno de 452,6 mil toneladas de carne bovina. Essa quantidade representa 6% a mais do que no ano anterior. O crescimento dos embarques foi impulsionado por mercados como China e Hong Kong, responsáveis por 56% do total de carne bovina que saiu de Mato Grosso.

Como sempre, mostrou sua força, contribuindo com 22% do volume total de carne bovina exportado pelo País, tendo liderado também a produção de carne no ano, que somou 644,78 mil toneladas, de acordo com levantamento feito pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A safra de grãos 20/21, por sua vez, segundo dados da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), deve crescer mais 4,2%, comparado a última colheita. A produção nacional prevê alcançar 252 milhões de toneladas. Mato Grosso segue como maior produtor nacional de grãos, com participação de 28,9%.

Dados como esses nos orgulham, ao tempo em que adicionam responsabilidades. Afinal, a toada de recordes persiste ano após

ano. E essa escalada deve prosseguir. Se a conta estiver certa – e eu acredito que esteja – a região do Vale do Araguaia, sozinha, por exemplo, é capaz de produzir tudo que Mato Grosso já produz atualmente. Detalhe: sem derrubar uma árvore sequer, sem abrir um metro sequer de nova área.

Portanto, não temos tempo a perder. A produção vai crescer e Mato Grosso precisa estar preparado para dar respostas à demanda de transporte dessa produção até os portos. Neste momento, na busca de um melhor equilíbrio da malha que serve a logística nacional, estamos envolvidos firmemente no desenvolvimento do modal ferroviário.

São três grandes projetos em preparação que, uma vez em operação, permitirão ao Estado disputar com larga margem de vantagem os principais mercados do mundo, com altíssimo grau de competitividade. Produção, como se vê, não vai faltar.

A Ferronorte já se mostrou um empreendimento viável, a ponto de seu concessionário anunciar disposição de investir R\$ 6 bilhões para avançar com os trilhos de Rondonópolis ao Norte do Estado, passando – obrigatória e necessariamente, é bom que se diga – por Cuiabá. A Ferrovia de Integração do Centro Oeste (FICO), ligando Água Boa até os trilhos da Ferrovia Norte-Sul, abrindo um grande leque de busca de portos, como Itaquí, no

Maranhão, Ilhéus, na Bahia, e Santos, em São Paulo, já pode ser considerada uma realidade pela engenharia político-econômica efetivada com a renovação antecipada da concessão das ferrovias da Vale; e Ferrogrão, empreendimento privado, que ligará os centros de produção do Norte aos portos do Arco Norte, no Pará. Juntas, transformarão Mato Grosso, dono da maior produção de grãos e de proteína animal do Brasil, no maior centro logístico do Brasil.

Fundamental ressaltar e reconhecer que a expansão do modal ferroviário em Mato Grosso une as principais lideranças políticas do nosso Estado. Um dos marcos desse processo aconteceu em 2019, com uma audiência pública do Senado Federal, idealizado por mim como presidente da FRENLOGI e pelo senador Jayme Campos, e Assembleia Legislativa, com firmes atuações dos deputados Carlos Avallone (PSDB), Janaina Riva (MDB) e Eduardo Botelho (DEM). Evento que tiveram importantes conclusões apoiadas pelo Movimento Pró-Ferrovia.

Importante destacar as medidas legislativas já tomadas, como a aprovação, no ano passado, do Projeto de Emenda Constitucional (PEC) 16/2020, extraída desse fórum de debate. APEC promulgada altera o artigo 131 da Constituição de Mato Grosso e concede ao ente federativo a competência para "explorar

diretamente ou mediante concessão, permissão ou autorização a prestação de serviços públicos".

Agora, celebramos o Projeto de Lei Complementar (PLC) 52/2020 de autoria do presidente da AL, deputado Eduardo Botelho e do deputado Avallone, que inclui o subsistema ferroviário no Sistema Estadual de Viação. A medida instituída possibilita a implantação de novos ramais ferroviários, ampliando assim as alternativas para escoamento da produção agrícola, reduzindo custos e garantindo maior segurança logística aos produtores rurais. E como já estivemos apresentando o assunto ao governador Mauro Mendes temos certeza da sanção dessa Lei Complementar.

Com esse lastro político e calçada na expressiva produção no campo, que vai seguir avançando nos seus números, a palavra de ordem, em 2021, é uma só: um trabalho conjunto. E o grito de guerra também unísono: Obras com máquinas a todo vapor!

\* WELLINGTON FAGUNDES é senador por Mato Grosso e presidente da Frente Parlamentar de Logística e Infraestrutura DO CONGRESSO NACIONAL



## A resposta é não!

Emanuel Pinheiro (\*)

Nesta semana fui surpreendido com uma notificação vinda do Palácio Paiaguás, pela qual seu comandante solicitava que a Prefeitura de Cuiabá se abstinisse de dar início à renovação da frota do transporte coletivo. O pedido tinha como base uma decisão unilateral tomada pelo mesmo que, sem abrir qualquer tipo de discussão com os gestores das cidades envolvidas, decidiu substituir o Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) pelo Bus Rapid Transit (BRT).

Ao ler essa absurda solicitação, não tive dúvidas e, de imediato, contra notifiquei o governador do Estado de Mato Grosso o informando que tal pedido não será atendido, em nenhuma hipótese, pelo Palácio Alencastro. E não será atendido por um motivo óbvio, que está visível para todos, mas alguns ainda relutam em enxergar: a população que mais necessita das ações do poder público deve ser ouvida, tratada com respeito e prioridade em uma gestão.

É dessa forma que o Município trabalha e a modernização do transporte coletivo, que o cidadão aguarda há mais de 20 anos, corrobora com isso. Essa política que estamos desenvolvendo, passa essencialmente pela renovação da frota que, inclusive, foi um compromisso de campanha assumido com o cidadão. Para não deixar nenhuma dúvida, fiz questão de anexar na contranotificação todo nosso planejamento que já está em andamento.

Atualmente, Cuiabá conta com 382 ônibus que atendem as quatro regiões da cidade. No cronograma que estamos trabalhando, já no mês de maio 111 novos ônibus serão entregues. Além disso, também neste curto prazo, mais 90 veículos terão ar-condicionado. Ou seja, serão 201 veículos climatizados, o que corresponde a mais de 50% da frota. Com isso, seremos a primeira capital brasileira a alcançar esse número.

E não vamos parar nisso! A contar deste começo, já temos também tudo planejado para os próximos anos. Em

2022, por exemplo, nossa determinação é que o número suba para 75% e, nos anos seguintes, iremos alcançar 100% da frota. A meta é terminar nosso mandato sendo a primeira cidade do país a ter seu transporte coletivo totalmente climatizado e com idade média reduzida de 5,5 para 4,5 anos de uso.

É isso que o chefe do Estado está pedindo para suspendermos. Entendo que a maioria das autoridades públicas não utiliza o transporte público como meio de locomoção e isso não é um problema. O problema é não demonstrar nenhum tipo de sensibilidade com o drama dos mais de 260 mil usuários que, diariamente, dependem exclusivamente desse meio para trabalhar, estudar ou ter um momento de lazer com sua família.

Sou categórico ao dizer que não vamos atender esse pedido e isso está decidido! O que vamos atender é o apelo da população, daqueles que realmente precisam da nossa intervenção e que, há anos, sonham

com essa renovação da frota de ônibus. Essa tentativa descabida de travar esse processo de melhoria, que está em andamento desde a construção das Estações Climatizadas, é um verdadeiro tapa na cara da sociedade.

Primeiro toma-se uma decisão sem debater com o prefeito da cidade que será diretamente impactada e depois, da mesma forma individualizada, pede para que Cuiabá abra mão de seu trabalho? Não sabe se a porta do BRT abrirá para direita ou para a esquerda e agora quer que a população seja prejudicada? Isso não vai acontecer! Se for para prejudicar o povo, a resposta é e sempre será mil vezes não! Meu compromisso é com o povo e não vou deixar de atendê-lo por conta de decisões tomadas isoladamente.

EMANUEL PINHEIRO é prefeito de Cuiabá



## As ferrovias que faltavam

Eduardo Botelho (\*)

O histórico Projeto de Emenda Constitucional (PEC) 16/2020, que altera o artigo 131 da constituição estadual e concede ao ente federativo a competência para "explorar diretamente ou mediante concessão, permissão ou autorização a prestação de serviços públicos", foi aprovado pela Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT) no final de outubro. No dia 7 de janeiro, saímos da ALMT com a aprovação de outro marco que abre as portas para um novo ciclo de investimentos nas "estradas de ferro" em nosso estado. Trata-se do Projeto de Lei Complementar (PLC) 52/2020,

dos Deputados Botelho e Avallone, que inclui o subsistema ferroviário no Sistema Estadual de Viação.

A medida possibilita a implantação de novos ramais ferroviários, ampliando assim as alternativas para escoamento da produção agrícola, reduzindo custos e garantindo maior segurança logística aos produtores rurais. Nos termos propostos, a PLC 52/2020 permite que a iniciativa privada seja autorizada pelo governo a construir e operar uma ferrovia estadual. Isso não retira a primazia do Estado para investir onde julgar oportuno e conveniente, seja diretamente ou mediante concessões. Aprovado no plenário, o projeto segue

agora para sanção do governador Mauro Mendes.

Convertidos em lei, os dois projetos vão permitir que a região da Baixada Cuiabana finalmente tenha um terminal rodoferroviário, capaz de trabalhar com produtos e mercadorias vindos em contêineres pela ferrovia. Já foi identificada uma demanda pelo transporte para Cuiabá de 20 milhões de toneladas de produtos industrializados, combustíveis, alimentos processados e outros produtos que hoje oriundos da região Sudeste. Esta passará a ser a carga de retorno dos trens que descem para o Porto de Santos (SP) com produtos agrícolas.

Uma ferrovia é muito mais do que uma atividade de transporte de cargas. As vias férreas representam desenvolvimento, geração de emprego e renda para a população de 14 municípios da Baixada Cuiabana, onde vivem mais de 1 milhão de pessoas. A construção de um terminal rodoferroviário vai impactar direta e indiretamente a economia de Cuiabá, Várzea Grande, Acorizal, Barão de Melgaço, Campo Verde, Chapada dos Guimarães, Jangada, Nobres, Nossa Senhora do Livramento, Nova Brasilândia, Planalto da Serra, Poconé, Rosário Oeste e Santo Antônio de Leverger.

Expandir a ferrovia em Mato Grosso une as principais lideranças políticas do nosso estado. Em 2019, uma audiência pública conjunta proposta pelo Deputado Carlos Avallone pela Assembleia e o Senador Wellington Fagundes pelo Senado (presidente da Frenlogi, a Frente Parlamentar Mista de Logística e Infraestrutura) teve o apoio do governador Mauro Mendes, de toda a classe empresarial do Movimento Pró-Ferrovia e da bancada federal mato-grossense, especialmente do senador Jayme Campos.

A alteração na constituição estadual que permitirá ligar Cuiabá a Rondonópolis também será o indutor da ligação das regiões produtoras de grãos no médio-norte ao principal porto da América Latina: o de Santos (SP). Hoje, já temos um terminal rodoferroviário da Rumo no sul do estado (em Rondonópolis) que movimentava 35 milhões de toneladas. Com a renovação antecipada da concessão da Malha Paulista obtida em maio deste ano, a empresa já começou a investir parte dos R\$ 6 bilhões destinados a preparar essa ferrovia para a movimentação de 75 milhões de toneladas anuais até 2026.

Esse investimento na ferrovia paulista permite que a Rumo volte também seus planos para a expansão da Ferronorte, levando os trilhos para as regiões de Sorriso e Lucas do Rio Verde. Agora com a nossa lei estadual, esse projeto da empresa passa a ser prioritário. A concessionária já tem o projeto de engenharia praticamente pronto, e o processo de licenciamento ambiental já se encontra em andamento.

Mato Grosso é a principal região produtora agrícola do país e não para de crescer. A hora de expandir os trilhos em nosso estado é agora! A Ferrovia Senador Vicente Vuolo vai chegar a Cuiabá e à Baixada Cuiabana.

**Assinam este artigo:**  
DEPUTADO EDUARDO BOTELHO (DEM), Presidente da Assembleia Legislativa de Mato Grosso.  
DEPUTADO CARLOS AVALLONE, Presidente da Comissão de Indústria, Comércio e Turismo e da Comissão de Meio Ambiente da Assembleia Legislativa de Mato Grosso



Jornal  
**IMPRESSO MT**  
FUNDADO EM 2020  
CNPJ: 06.147.693/0001-26

ADMINISTRAÇÃO:  
DIRETOR GERAL:  
CLAUDINEY FALLCÃO SANTOS

EDITOR CHEFE:  
GABRIEL SOARES

EDITOR DE ARTE:  
AQUILES A. AMORIM

Os artigos de opinião assinados por colaboradores e/ou articulistas são de responsabilidade exclusiva de seus autores e não representam a opinião deste veículo.

Colabore com o debate público sobre nosso estado. Envie artigos e opiniões para:  
Email: impressomt@gmail.com - Site: www.oimpressomt.com.br

Av. Thomé de Arruda Fortes nº 221, Bairro: Morada do Ouro, Cuiabá - MT, Cep: 78.053-505  
Telefone: 65 99696-6688

O DIA D, HORA H

O governador Mauro Mendes (DEM) em vídeo, afirma que campanha de vacinação terá início nesta segunda-feira, 18

# A vacinação deve começar hoje

Reprodução | Youtube



Da redação

O governador Mauro Mendes (DEM) anunciou há pouco que a campanha nacional de vacinação contra o novo coronavírus terá início nesta segunda-feira, 18 de janeiro, a partir das 16h (horário de Mato Grosso).

Mauro enviou um vídeo diretamente da Central de Distribuição de Medicamentos do Ministério da Saúde, em Guarulhos, São Paulo.

Na primeira etapa, o Estado receberá 65,7 mil doses da CoronaVac, desenvolvida pela farmacêutica Sinovac em

parceria com o Instituto Butantan, nesta segunda. A vacinação deve começar nesta semana atendendo, inicialmente, o grupo prioritário, como os profissionais da área de Saúde.

"No primeiro momento chega pouca coisa, não é um número muito grande, nos próximos dias teremos novos lotes e vamos seguir rigorosamente aquilo que está determinado e acordado pelo Ministério da Saúde", disse Mendes.

O governador disse em suas redes sociais que foi montada uma força-tarefa para que a vacina chegue aos municípios do Estado, em tempo recorde. Seis aeronaves do Ciopaer foram colocadas à disposição para, caso seja necessário, serem utilizados para dar apoio no transporte da vacina.

Além disso, ele comentou sobre que o governo adquiriu 3,5



Mauro enviou um vídeo diretamente da Central de Distribuição de Medicamentos do Ministério da Saúde

milhões de seringas para garantir a imunização. Outros lotes do produto estão em processo de compra.

As vacinas serão escolhidas pela Secretaria

de Estado de Segurança Pública, Polícia Federal e Rodoviária Federal, e Ministério da Defesa até os polos de distribuição.

No último domingo (17), por unanimidade,

a Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) aprovou a autorização temporária de uso emergencial da vacina CoronaVac e

da Covishield, produzida pela farmacêutica Serum Institute of India, em parceria com a AstraZeneca/Universidade de Oxford/Fiocruz.

## NOVA DERROTA

### Pedido para impedir troca de VLT para BRT é negado

Da redação

O desembargador Mário Roberto Kono de Oliveira, do Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT), negou pedido de liminar à Prefeitura de Cuiabá para impedir a substituição do modal de transporte de Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) para o Ônibus de Transporte Rápido (BRT). Com a decisão da última quinta-feira (14), o prefeito Emanuel Pinheiro (MDB) acumula mais uma derrota na Justiça em sua luta para garantir a continuidade do VLT.

No mandado de segurança, o Município cita que o governador Mauro Mendes (DEM) anunciou a mudança com base em estudos técnicos elaborados pelo governo e pelo Grupo Técnico criado na Secretaria Nacional de Mobilidade Urbana, ligado ao Ministério de Desenvolvimento Urbano, mas a

decisão de troca ocorreu de forma unilateral, sem a participação dos municípios de Cuiabá e Várzea Grande, onde será construído o modal e "tampouco os estudos técnicos citados pela autoridade coatora que teriam embasado tal decisão foram disponibilizados aos municípios".

Em sua decisão, o desembargador aponta que a alteração do modal depende de uma decisão do Ministério de Desenvolvimento Regional, "não podendo este ser decidido de forma unilateral pelo chefe do Executivo". O magistrado ainda destacou o entendimento do ministro Humberto Martins, em outra decisão que negou pedido do Município no Superior Tribunal de Justiça (STJ), de que ainda não houve decisão do Ministério autorizando a troca.

Além disso, Kono comentou que a viabi-

lidade da retomada das obras do VLT é discutida desde julho de 2019 entre o governo, Caixa Econômica Federal e Ministério de Desenvolvimento Regional. Apontou ainda que o governador encaminhou, via ofício ao prefeito, cópia integral dos estudos elaborados pelo governo em conjunto com a Secretaria Nacional de Mobilidade Urbana "não havendo se falar, primo ictu oculi, na prática de atos sem a anuência do Impetrante".

"Feitas estas considerações, diante dos elementos coligidos ao feito, não se evidencia, em sede de cognição sumária, que a autoridade coatora tenha promovido, unilateralmente, a alteração do modal de transporte intermunicipal, apenas manifestando a intenção de assim proceder, após o aval do Ministério de Desenvolvimento Regional", diz trecho da decisão.

## ELEIÇÃO

### Consórcio Vale Rio Cuiabá será chefiado por Emanuel

Gabriel Soares

O prefeito Emanuel Pinheiro (MDB) foi eleito presidente do Consórcio Vale Rio Cuiabá na manhã da última sexta-feira (15). Emanuel concorreu com uma chapa única. A eleição aconteceu na Associação Mato-grossense dos Municípios (AMM).

Informações de bastidores apontam que o governo do Estado chegou a tentar articular uma segunda chapa, encabeçada pelo prefeito do município de Jangada, Rogerio Meira (PP), mas não conseguiu.

"Esse momento marca a reunião da região mais importante, pioneira, dos verdadeiros desbravadores de Mato Grosso, que é a região da Baixada Cuiabana. Vale do Rio Cuiabá é a nomenclatura mais moderna, mas eu gosto de falar da Baixada", disse Emanuel. "Somos todos um município só, Cuiabá, onde



Gilberto Leite

O prefeito Emanuel Pinheiro (MDB) foi eleito presidente do Consórcio Vale Rio Cuiabá

tudo começou", completou.

Durante seu discurso, Emanuel tratou das pautas prioritárias para a região e, em especial, a campanha de vacinação contra a covid-19, que deve ter início nos próximos dias. Pelo plano nacional, caberá aos municípios operacionalizar a aplicação da vacina.

Criado em dezembro de 2005, o Consórcio

Vale do Rio Cuiabá é formado pelos Municípios de Cuiabá, Várzea Grande, Acorizal, Barão de Melgaço, Chapada dos Guimarães, Jangada, Nobres, Nossa Senhora do Livramento, Nova Brasilândia, Planalto da Serra, Poconé, Rosário Oeste e Santo Antônio de Leverger, ocupando uma área de 76 mil quilômetros quadrados.

## "TRAIÇÃO"

### Emanuel diz que bancada do MDB se uniu a Mendes

Da redação

O prefeito de Cuiabá, Emanuel Pinheiro (MDB) afirmou na última terça-feira (12) que se sente traído por seus colegas de partido, por não o terem apoiado durante sua campanha à reeleição. Apesar do sentimento, Emanuel garantiu que não pretende deixar o MDB e vai dialogar com as lideranças para reconstruir a sigla.

"Houve uma traição do meu partido em relação a mim. Todo mundo lá se aconchegou com o governador, quis fazer média com o governador, para tentar me

destruir politicamente. Só que não combinaram com o povo. Eu combino só com o povo. Com exceção do deputado Romoaldo Junior, todos, sem exceção... tiro o Carlos Bezerra [presidente do MDB em Mato Grosso] disso, meu partido se uniu ao governador do Estado numa sanha. Não sei de onde tiraram isso", comentou o prefeito durante entrevista à rádio CBN nesta terça-feira (12), dizendo que a situação já foi superada.

Emanuel também reprovou a decisão da bancada do seu partido na Assembleia Legislativa por ter votado a favor

do projeto encaminhado pelo governador Mauro Mendes (DEM), que pedia autorização para assinar um termo aditivo alterando o modal de mobilidade urbana previsto no contrato de empréstimo com a Caixa Econômica Federal, de Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) para Ônibus de Transporte Rápido (BRT).

Emanuel reclamou que seus "companheiros" partidários ignoraram seus posicionamentos, contrário à mudança do modal, e votaram no "afogadilho" a proposta.

"A primeira medida que tomei como prefei-

to reeleito foi entrar na Justiça para garantir que a população cuiabana seja respeitada, seja ouvida em relação a uma possível mudança de modal. Com menos de uma semana de mandato, a Assembleia vota em regime de urgência-urgentíssima a mudança desse modal e a minha bancada não me ouve. Tem sentido isso?", questionou o prefeito.

"Não me ouvem. Não ligam pra mim. Acabei de tomar posse, na minha cidade, cidade que eu administro, pelo menos me ouvir: Emanuel como é essa questão do VLT. Qual a posição da prefeitura? Como você

está se posicionando? Não! Votaram tudo no afogadilho. Por que isso? Por que atropelar a população cuiabana dessa forma? Por que não consultar a população? Por que não consultar o Município? Não aceito, mil vezes não aceito, vou morrer atirando aos interesses de Cuiabá e a população cuiabana", acrescentou.

Na semana passada, os deputados aprovaram a proposta do Executivo, com manifestação contrária apenas dos deputados petistas Lúdio Cabral e Valdir Barranco, a mudança do modal no contrato de empréstimo.

A decisão do governo de mudar o modal, após resultado de pesquisa de um grupo de trabalho, incomodou o prefeito da Capital que alega não ter sido ouvido. Emanuel já ingressou recursos no Superior Tribunal de Justiça (STJ) e no Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT) para evitar mudança do VLT para BRT.

"Isso é traição a Cuiabá, não aceito, sei lá quem for, pode ser companheiro, pode ser oposição, pode ser como for, fazer isso com Cuiabá, fazer isso comigo é fazer contra Cuiabá, então não posso de companheiro", destacou o prefeito.

## META PARA 2021

Presidente da Assembleia reforça apoio às ações do governo na guerra contra o coronavírus e defende avaliação cuidadosa sobre volta às aulas

## Botelho: 'vacina é a prioridade'

JL Siqueira/ALMT



## Da redação

Com aumento nos números de casos e mortes por covid, o presidente da Assembleia Legislativa, Eduardo Botelho (DEM), comentou que a única solução para conter a pandemia é a vacinação. Colaborar para que os imunizantes cheguem à população dos 141 municípios do estado é uma das metas do Legislativo previstas para 2021.

"Vamos começar a debater a vacina da covid-19 com a Secretaria Estadual de Saúde. Nós da Assembleia Legislativa vamos trabalhar duramente para que a vacinação chegue o mais rápido possível. Essa é a nossa primeira meta deste ano", disse Botelho, em entrevista ao *Jornal Estadão Mato Grosso*.

O democrata comentou que o aumento da lotação dos hospitais é preocupante. Por isso, a Assembleia vai buscar

do governo informações sobre o planejamento em relação à logística da vacina e da preparação para a segunda onda de contágios.

"A segunda prioridade será estruturar os hospitais públicos. Torcemos para que a pandemia não volte, mas se voltar, precisamos ter condições de atendimento à população. Seguiremos atentos ao longo do ano para verificar outras necessidades que surgirem para conter o vírus", explicou.

"Acho que está bem claro para todo mundo que a única solução para esse vírus é a vacinação, tanto é que o mundo inteiro já começou a vacinar. Temos que vacinar, não tem outro caminho para nós a não ser começarmos a vacinação urgente para controlar essa pandemia", disse.

Botelho comentou que irá recomendar ao governador Mauro Mendes (DEM) e ao secretário estadual de Educação, Alan Porto, que suspendam o retorno das aulas presenciais na rede pública de ensino estadual, previsto para o início de fevereiro, caso os níveis não estejam controlados até o dia 31.

"Vamos fazer uma avaliação até o final de janeiro. Nós estamos em

alta, o estado de Mato Grosso está aparecendo em todas as apresentações como vermelho, que é estado de alerta. Então se tiver nessa condição, eu acho que não deve voltar às aulas e nós vamos fazer essa sugestão para o governador e para o secretário de Educação", disse.

Botelho destacou que é contra o lockdown e lembrou que a economia foi duramente afetada com as medidas de isolamento adotadas durante o ano de 2020 para ajudar a conter o avanço do novo coronavírus.

"Tudo o que nós não podemos falar novamente é um novo lockdown. Já pensou na situação dessas pessoas que passaram por toda dificuldade. Agora paralisa de novo. Como fica a situação financeira dessas pessoas? Nós temos que trabalhar de todas as formas para não acontecer isso novamente", declarou.

**BALANÇO** - Eduardo Botelho ainda comentou que a Assembleia Legislativa continua engajada nas ações para ajudar no combate à pandemia. Ele destacou que as ações e projetos aprovados pelos deputados em 2020 ajudaram no combate à pandemia, como o repasse de R\$ 10 milhões para ampliação do Hos-



Presidente da ALMT, Eduardo Botelho comentou sobre as metas do Legislativo previstas para este ano

pital Metropolitano, que se tornou unidade referência para tratamento de pacientes com covid no estado, a criação do observatório socioeconômico, entre outros.

Botelho também destacou um projeto de sua autoria que autoriza o Poder Executivo a ad-

quirir, preferencialmente, produtos da agricultura familiar nas cestas básicas dos programas assistenciais.

"A Assembleia teve uma atuação muito importante para ajudar nesse momento de sofrimento da população. Não tirou o sofrimento,

não tirou a dificuldade, mas amenizou", ressaltou.

**POSSE** - No dia 1º de fevereiro, Botelho assumiu, pela terceira vez, a presidência da Assembleia Legislativa. Neste ano, por causa da pandemia, a solenidade de posse será virtual.



Gilberto Leite

Janaína Riva e Carlos Bezerra. As lideranças do MDB devem se reunir em breve para resolver situação com Emanuel Pinheiro

## MDB RACHADO

## "A gente não se sente do partido dele", diz Janaína

## Da redação

O racha no MDB em Mato Grosso ficou mais evidente na última quarta-feira (13), quando a deputada Janaína Riva afirmou que não há espaço na sigla para o prefeito de Cuiabá, Emanuel Pinheiro. Os dois têm protagonizado uma disputa intensa pelo comando do diretório municipal da sigla em Cuiabá desde o final do ano passado.

Em conversa com jornalistas, Janaína afirmou que Emanuel tenta impor sua liderança no partido, mas não é reconhecido pelos deputados estaduais da sigla. Segundo ela, isso tem causado um clima desconfortável nos membros do partido.

"Ninguém do partido aceita imposição, o MDB nunca funcionou assim. Aliás, no histórico do partido, o Dante [Oliveira, falecido] e o Zé do Pátio [SD] estiveram no partido, já teve várias desavenças com lideranças muito consolidadas no estado e quem saiu foram as lideranças", afirmou.

A deputada ainda chegou a afirmar que Emanuel está no MDB, mas não tem agido como um correligionário, pois seu grupo político é formado por nomes de outros partidos.

"Natural é o diretório ficar sempre com o prefeito da capital. É que aqui nós temos uma situação atípica, onde nós temos um prefeito que hoje em tese está no MDB, mas o seu grupo

político não é do MDB, é de outros partidos. A verdade é que o MDB não se sente o partido do Emanuel", disse.

Janaína afirmou que Emanuel tem trabalhado para enfraquecer o MDB e a relação do partido com o governador Mauro Mendes (DEM), em um momento em que a sigla tenta ampliar sua participação no governo estadual.

As lideranças do MDB em Cuiabá devem se reunir em breve, sob a liderança de Carlos Bezerra, para resolver a situação. O encontro ainda não tem data prevista. A expectativa é que aconteça após a eleição da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, já que Bezerra está empenhado nas articulações internas do Legislativo.

## TRETA POLÍTICA

## 'Política de chapa branca', diz Emanuel sobre Janaína

## Da redação

O prefeito Emanuel Pinheiro rebateu as críticas da deputada Janaína Riva, ambos do MDB, e afirmou que não há espaço para ela dentro da sigla, taxando-a de praticar 'política de chapa branca'. Os dois estão em conflito desde as eleições municipais, quando Janaína ficou contra Emanuel, e a situação foi agravada pela disputa instaurada para a sucessão do comando do diretório municipal do MDB em Cuiabá.

Na última terça-feira (13), Janaína afirmou que não há espaço para Emanuel no MDB. O prefeito rebateu diretamente a deputada, dizendo que ela também está convidada a deixar o partido.

"Eu não tô preocupado em dar as costas para este ou aquele político que não tem sintonia com as ruas. Todos aqueles que dão as costas para o povo, que praticam a política de governismo, de chapa branca, se se preocupar com a população, que viram as costas para os servidores públicos, estes também estão convidados a sair do MDB", disparou Emanuel.

Em conversa com jornalistas, Emanuel lembrou que, entre as lideranças estaduais do MDB, apenas o deputado federal Carlos Bezerra e o estadual Romualdo Júnior apoiaram sua candidatura à reeleição no ano passado. Segundo o prefeito, é para eles que falta espaço no partido.

"Quem tem espaço é quem foi eleito prefeito nas últimas eleições. Não é deputado nenhum que vai dizer quem tem espaço. Quem diz quem tem espaço é o povo e o povo já se manifestou nas eleições, quem que eles escolhem como líder, quem que eles querem fortalecer. São aqueles gestores que estão sintonizados com as ruas, que não são de gabinete, que não são de toma lá, dá cá", pontuou.

Emanuel afirmou ainda que "a maioria esmagadora" do MDB está do seu lado e lembrou que recebeu convites de pelo menos nove siglas: PTB, PV, PP, PSDB, PSD, PSB, PL, Republicanos e Solidariedade.

Gilberto Leite



Emanuel Pinheiro rebateu deputada e disse que "a maioria esmagadora" está do lado dele

## À BEIRA DO COLAPSO

Secretário de Saúde, Gilberto Figueiredo comentou que a taxa de ocupação de leitos de UTI cresceu e que prefeitos devem tomar decisão

## "Não é seguro volta às aulas"



## Da redação

Caso a taxa de ocupação de leitos de UTI exclusivos para pacientes com covid-19 continue com a tendência de crescimento atual, a previsão é que não haverá mais vagas disponíveis no início de fevereiro. A informação foi divulgada pelo secretário estadual de Saúde, Gilberto Figueiredo, durante debate realizado na Secretaria de Estado de Educação (Seduc) para discutir qual formato deve ser adotado para o retorno das aulas, no próximo dia 8.

Figueiredo comentou que a taxa de ocupação cresceu 3% de quarta (13) para quinta (14). Diante do atual cenário, o Estado já se posicionou contrário ao retorno das aulas presenciais. No entanto, a decisão oficial só será divulgada na última sexta-feira (15), após amplo diálogo com entidades do setor e análise do resultado de uma pesquisa feita com pais, responsáveis e profissionais da Educação.

"Levando em consideração as condições presentes no momento, elevado crescimento de casos no Estado, elevado crescimento de demanda pela internação hospitalar, seja enfermagem seja UTI, já chegamos agora de manhã a 66% de ocupação de leitos de UTI, fechamos na tarde de ontem 63%, nessa tendência uma média de dois a três pontos percentuais de aumento ao dia, em 15 dias não teremos leitos de UTI disponíveis. Só isso bastaria para tomarmos uma decisão de que não há ambiente seguro para retorno presencial no estado de Mato Grosso", disse o secretário.

Gilberto explicou que o Estado, com base nos números, elabora uma análise de risco sugerindo a adoção de algumas medidas restritivas para conter o contágio do vírus, mas a decisão sobre quais regras devem ser

adotadas cabe aos prefeitos, o que inclui o formato de volta às aulas.

A recomendação do secretário é que mesmo nas cidades onde o cenário aparenta estar controlado, o prefeito, antes de tomar a decisão, deve observar se assistência hospitalar pode suprir um crescimento repentino do número de pacientes.

"Se tiver um caso lá e a rede tiver colapsada, não terá pra onde levar. Essa decisão que ele tem que fazer. Ele tem ambiente para voltar às aulas? Pode até ter, mas ele consegue mensurar? Porque essa iniciativa vai demandar uma assistência hospitalar e essa assistência não vai ter, salvo se ele suprir isso. Tem leitos de UTI em municípios em que o próprio prefeito tomou a decisão de criá-los, não colocou na rede de regulação e ele paga essa conta sozinho", comentou.

Gilberto ainda apresentou dados sobre o número de leitos disponíveis pelo SUS e seu custo. Em Mato Grosso, segundo o secretário, há 1.295 leitos, sendo 419 de UTI e 876 de enfer-



A recomendação de Gilberto Figueiredo é que prefeitos analisem cenário antes de tomar decisão

maria. Cada leito tem o custo de aproximadamente R\$ 2 mil.

"Esses leitos de UTI já geram R\$ 24 milhões de custo ao mês e cada leito desse remunera R\$ 2 mil, tendo ou não paciente nele. É leito, não é nem paciente. Então, o Estado de Mato Grosso, nessa conta, já arca com R\$ 14 milhões por mês e o Ministério da Saúde

com R\$ 9 milhões", explicou o secretário.

A demanda tem crescido em Mato Grosso porque a rede privada já não dispõe mais de leitos de UTI e os usuários de planos de saúde já estão tendo que ser transferidos para a rede pública.

"Na rede privada não há mais vagas. Nós estamos recebendo em nossos hospitais pa-

cientes de leitos de UTI que têm plano de saúde privado, mas não conseguiram a vaga disponível na rede privada. Então vocês imaginam que nem aqueles que têm plano de saúde privado estão conseguindo vaga, quanto tempo nós vamos demorar para ter colapsado as vagas que nós temos disponíveis hoje", disse.

## PREJUÍZOS INCONTÁVEIS

## Kalil pede que obras de novo modal comecem por VG

## Da redação

O prefeito de Várzea Grande, Kalil Baracat (MDB), defendeu que qualquer que seja o modal de transporte a ser construído na Região Metropolitana, a implantação comece na 'Cidade Industrial'. Em conversa com a imprensa na última quarta (13), momentos antes de reunir-se com o governador Mauro Mendes (DEM), Kalil destacou

que Várzea Grande foi a cidade mais prejudicada pela indefinição sobre as obras do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT).

Kalil disse ser favorável à continuidade das obras do VLT, mas está aberto para discutir a troca pelo Ônibus de Trânsito Rápido (BRT). Ele lembrou que não esteve presente na reunião em que o governador apresentou o projeto do BRT, pois havia sido diagnosticado com co-

vid-19 e estava em isolamento.

"O VLT tá parado ao longo dos anos aí e Várzea Grande foi prejudicada. Então a gente veio aqui ouvir quais são os estudos, qual é o planejamento do Estado para que a gente possa ouvir e tomar a decisão. Eu sou favorável ao VLT, mas se o outro modal atender a necessidade da região Metropolitana, não tenho dificuldade nenhuma", pontuou.

O prefeito lembrou que vidas já foram perdidas na Avenida da FEB devido à interrupção das obras e o isolamento precário com blocos de concreto (os famosos 'gelos baianos'). Citou ainda que o comércio na região tem sido prejudicado pela paralisação das obras, por isso é necessário que haja uma solução imediata, independente do modal.

"O que eu quero pedir ao governador é que co-

mece pela Várzea Grande, porque foi a maior prejudicada. Vidas foram ceifadas em Várzea Grande e comércios foram prejudicados. Então, que comece pela Várzea Grande. O que precisa é uma definição. A cidade de Várzea Grande perdeu muito", pontuou.

Mendes e Kalil se reuniram na manhã desta quarta para debater o projeto do BRT e a campanha de vacinação

contra covid-19, entre outros assuntos.

A troca do VLT pelo BRT foi anunciada pelo governador Mauro Mendes no dia 21 de dezembro. Na ocasião, ele afirmou que o BRT apresenta uma série de benefícios na comparação com o VLT, entre eles o custo reduzido para implantação e manutenção do sistema, facilidade de ampliação da linha e menor tarifa para os usuários do transporte coletivo.

## NOVO MODAL

## Governador Mauro sanciona lei autorizando troca do VLT

## Gabriel Soares

O governador Mauro Mendes (DEM) sancionou nesta segunda-feira (11) a Lei nº 11.285, que autoriza a substituição do modal de transporte coletivo no financiamento com a Caixa Econômica Federal, de Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) para Ônibus de Trânsito Rápido (BRT). O texto da lei foi publicado no Diário Oficial do Estado (Iomat) que circula na última terça-feira (12).

A lei tramitou em regime de urgência-urgente na Assembleia Legislativa e foi aprovada com apenas dois votos contrários, dos petistas Lúcio Cabral e Valdir Barranco.

A mudança no texto é necessária para que o governador cumpra sua decisão de trocar o VLT pelo BRT, anunciada no último dia 21 de dezembro. Isso acontece porque o financiamento feito junto à Caixa Eco-

nômica para pagamento da implantação do VLT foi submetido à aprovação da Assembleia Legislativa. Desse modo, a alteração também teria que ser aprovada pelos parlamentares.

Na justificativa da lei, Mauro afirma que o VLT virou exemplo nacional de obra inacabada da Copa do Mundo de 2014, situação que envergonha Mato Grosso há mais de seis anos.

O gestor lembrou que o VLT "acumulou problemas desde o seu nascimento" e que o Tribunal de Contas da União (TCU) chegou a condenar duas servidoras federais por terem retirado uma nota técnica que comprova a inviabilidade do modal.

"As duas foram condenadas porque fraudaram o processo, simplesmente retirando a nota técnica que não teria deixado florescer o VLT para colocar, nas mesmas páginas, parecer favorável, sem

enfrentar os principais pontos sobre a viabilidade do empreendimento: a exiguidade de tempo até a realização da Copa, deficiências nas estimativas de custo e viabilidade econômico-financeira da tarifa", mencionou.

O governador registrou a existência de vários imbróglios jurídicos envolvendo o VLT, que tratam desde fraudes na licitação até pagamento de propina por parte de empresas do consórcio, fatos confessados pelo ex-governador Silval Barbosa e que levaram o Governo do Estado a rescindir o contrato - decisão que foi mantida pelo TJMT e pelo STJ.

"A situação atual, portanto, é a de que se tem um contrato rescindido, um passivo de obras e um modal que nasceu sabidamente inviável em um processo administrativo fraudado, reconhecido pelo TCU", pontuou.

## ALÍQUOTA DA PREVIDÊNCIA

## MP notifica governo para vetar projeto de isenção

## Assessoria de imprensa

O Ministério Público Estadual (MPE) notificou o governador Mauro Mendes para vetar o Projeto de Lei Complementar nº 36/2020, sob pena de responder judicialmente caso não acate a recomendação do órgão de controle.

Conforme o MP, o Projeto de Lei possui "insustentável vício de iniciativa, caracterizador de inconstitucionalidade formal", uma vez que pode "causar um grave problema de desequilíbrio financeiro" ao Estado.

A Notificação Recomendatória foi assinada pelo procurador-geral de Justiça, José Antônio Borges, e pelo subprocurador-geral de Justiça, Deodete Cruz Júnior, no último dia 8 de janeiro.

O PLC 36/2020 foi aprovado pela Assembleia Legislativa, em dezembro de 2020, e revoga a alíquota de 14% sobre os vencimentos de aposentados e pensionistas do Estado.

Os procuradores consideraram que cabe somente ao chefe do Executivo Estadual estabelecer projetos

de lei sobre provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria dos servidores públicos estaduais.

"Nesse sentido, dispõe a jurisprudência do STF que 'a usurpação do poder de instauração do processo legislativo em matéria constitucionalmente reservada à iniciativa de outros órgãos e agentes estatais configura transgressão ao texto da Constituição da República e gera, em consequência, a inconstitucionalidade formal da lei assim editada'", escreveram José Antônio Borges e Deodete da Cruz Júnior, destacando que o princípio da simetria estabelece que as regras do processo legislativo federal se aplicam também aos processos legislativos estadual e municipal.

Eles ainda apontaram que o PLC 36/2020 não apresentou nenhum estudo de impacto financeiro sobre os cofres públicos e consideraram que a reforma da previdência foi adotada por imposição do Governo Federal e "tendo em vista a enorme preocupação com o déficit previdenciário".

"Estudos demonstram que quanto maior fosse a faixa de isenção, maior se revelaria a necessidade da adoção de medidas de compensação para diminuição do déficit, dentre as quais apresentam-se as alíquotas progressivas, maiores em razão do faixa salarial, bem como as alíquotas extraordinárias, cobradas de todos os contribuintes sempre que persistir a situação de déficit".

"Conquanto possa parecer em uma primeira análise justo que os inativos sejam isentos, e que aqueles que percebem maiores remunerações arquem com maiores alíquotas, tal forma de enfrentamento não seria suficiente para equacionar o déficit, e levaria, indispensavelmente, à cobrança de alíquotas extraordinárias de todos os contribuintes da previdência social, situação que transferirá aos servidores ativos todo o custo da isenção que se pretende conceder através do Projeto de Lei Complementar nº. 36/2020 aos servidores inativos", completaram os procuradores na notificação.

## PREVENÇÃO

As aulas irão começar no próximo dia 8 de fevereiro. A decisão foi tomada após diálogo com pais de alunos e profissionais da Educação

# Rede estadual mantém aula online

Junior Silgueiro/SeducMT



## Da redação

As aulas nas redes estaduais de ensino continuarão sendo ministradas de forma não presencial. A decisão foi adotada pelo governo devido ao aumento no número de casos de covid-19. O formato está sendo adotado desde o ano passado, quando iniciou a pandemia do novo coronavírus.

“A decisão foi tomada para preservar a saúde dos profissionais da Educação e as famílias dos alunos, em decorrência do aumento no número de casos da doença no Estado e a ocupação dos leitos de UTI”, destacou o governador Mauro Mendes (DEM).

As aulas retornarão no próximo dia 08 e continuarão sendo ministradas de forma online. Para os estudantes que não tiverem acesso à internet será disponibilizado apostila.

Outra decisão do governo será avaliar toda segunda-feira a curva epidemiológica da doença. Ou seja, verificar se os casos estão aumentando ou diminuindo, para decidir se as aulas serão mantidas de

forma não presencial ou irão para a modalidade híbrida (em que intercala alunos estudando de forma presencial e a outra parte de forma não presencial).

Um boletim epidemiológico será emitido toda segunda-feira, após o retorno das aulas, para informar a comunidade se haverá ou não alteração na modalidade de ensino.

O Estado conta com mais de 700 escolas estaduais, com 380 mil alunos e 40 mil profissionais da Educação. De acordo com o secretário de Estado de Educação, Alan Porto, “a infraestrutura escolar está preparada para atender os alunos e profissionais tanto no ensino não presencial como no híbrido”.



A decisão levou em consideração o aumento no número de casos de covid-19 em MT

## ATÉ 20 METROS

## Novos radares vão flagrar 'apressadinhos' em Cuiabá

## Da redação

A Prefeitura de Cuiabá começou a instalar novos radares de trânsito nas avenidas de Cuiabá, para atender à resolução 798/2020 do Conselho Nacional de Trânsito (Contran) e também um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), firmado com Ministério Público Estadual (MPE). E essa mudança pode pegar muitos motoristas de surpresa, já que os novos equipamentos são mais modernos e conseguem captar a velocidade em um trecho de

até 20 metros. Ou seja: se você tem o costume de frear apenas no ponto do radar, se prepare, porque a multa vem.

O diretor de Trânsito da Semob, Michel Diniz, disse por meio de assessoria que os novos radares vão trabalhar em cima da velocidade regulamentada da via. Se é 60 km/h, não é só no ponto de fiscalização, é em todo aquele trecho daquela via.

Michel explicou ainda que antes possuía o sistema de radar possuía um 'laço', um sensor que servia para medir a

velocidade do veículo. Já os novos equipamentos conseguem fazer a captação da velocidade do veículo sem a necessidade do sensor no chão e têm um alcance expressivo.

A novidade tem dado o que falar entre os motoristas. Um deles viu as equipes da Prefeitura instalando o novo radar e ficou curioso com a ausência do sensor no chão. Informado da novidade, ele resolveu gravar um vídeo na MT-251, saída para Chapada dos Guimarães, alertando os condutores para

que tomem cuidado com os novos equipamentos.

“Esse modelo de radar não tem medidor no chão. Ele vai calcular o quanto você está correndo até 500 metros, onde a câmera alcança. Por isso estou pedindo para vocês tomarem cuidado, pois se você passar por ele e em seguida acelerar, pode ter certeza que vai chegar uma multa para você. Então mantenha aí uns 60km/h para não levar multa”, disse, no vídeo.

Os novos equipamentos foram colocados nas avenidas das Torres,

Dante Martins de Oliveira, Fernando Côrrea da Costa, além da implantação de novos aparelhos na Rodovia Emanuel Pinheiro (MT-251) e Estrada da Guia (MT-010). Segundo levantamento, nos últimos três anos foram registrados 294 acidentes na MT-251 e 240 na MT-010, fazendo-se necessária a instalação de dois novos instrumentos de fiscalização.

Os novos equipamentos passarão por aferição do Inmetro e também é feita toda a sinalização viária, referente ao li-

mite de velocidade permitido em cada via. A previsão é que os novos radares comecem a operar em até 60 dias.

Antes de iniciar o funcionamento desse novo sistema de controle, a Semob fará ampla divulgação no site oficial da Prefeitura e imprensa local. “Todo trabalho executado pela Semob é comunicado para toda a população e realizado um trabalho educativo antes da aplicação de penalidade”, disse o secretário municipal de Mobilidade Urbana, Antenor Figueiredo.

## PANTANAL MATO-GROSSENSE

## Baía de Chacororé em Barão de Melgaço 'morre de sede'

Marcos Vergueiro/Secom-MT

## Da redação

A Baía de Chacororé, localizada em Barão de Melgaço (113 quilômetros de Cuiabá), está sob ameaça de desaparecer do mapa e virar mais uma na estatística dos “desastres ambientais” brasileiros. O alerta para os riscos de destruição vem em forma de eventos de estiagem e mortandade do bioma, observados há mais de uma década por pesquisadores que estudam a região. O mais recente aviso veio por meio da publicação de artigo: “Mataram a galinha dos ovos de ouro”, assinado pelo professor aposentado pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Rubem Mauro Palma de Moura.

“É como muita tristeza e revolta, que comunico à população mato-grossense, a consumação de um dos maiores desastres ambientais recente, ocorrido no município de Barão de Melgaço. Mataram a Baía de Chacororé e com ela toda a biodiversidade por ela incorporada”, inicia a publicação.

Em outubro de 2020, período de transição da estiagem para o período das águas em Mato Grosso, a seca severa do ano deixou a região irreconhecível. Era possível

caminhar até o centro da baía sem se molhar’, registrou em vídeo o agente do meio ambiente Jairo Marques. Passados quase dois meses do retorno das chuvas, a planície, que deveria apresentar sinais de recuperação e passar a ocupar cerca de 11 mil hectares de terra alagada, ainda está seca.

Parte desse desastre tem origem nas intervenções humanas, tais como construção de aterros para passagens de pedestres, instalação de diques pesqueiros e poluição das águas daquela região.

Em 2010, após a formalização de um Termo de Ajuste de Conduta (TAC), três corixos foram desobstruídos para dar vazão às águas e pontes foram feitas, para substituírem os aterros utilizados como passagem da população.

“Hoje, decorridos mais de dez anos, todos os Corixos à jusante da cidade de Barão de Melgaço, até a boca do Corixo Manizaque estão barrados, todas as pontes destruídas e em seu lugar aterro impedindo a passagem das primeiras águas, além de terem construído diques marginais em praticamente toda a margem esquerda do Rio Cuiabá, impedindo assim, que ao receber uma vazão maior, que

acontece no período chuvoso, pudesse inundar a planície pantaneira e, por conseguinte, levar vida à Baía de Chacororé”, lamenta o professor.

O pedido de socorro da região, feito por meio do professor Rubem Moura, provocou indiretamente o Judiciário estadual. Em reunião virtual para discutir projetos na área ambiental, nesta terça-feira (12), a presidente do Tribunal de Justiça, desembargadora Maria Helena Póvoas, e o juiz do Juizado Volante Ambiental de Cuiabá, Rodrigo Curvo, decidiram enviar uma equipe do Juizado e do núcleo da Polícia Militar Ambiental. Além da vistoria, será feito um levantamento de eventuais ações judiciais em andamento, que envolvam a baía.

“O Poder Judiciário age quando provocado. Contudo, diante da gravidade das denúncias, o Juvam agirá nos termos do seu Regimento Interno, determinando as diligências necessárias para averiguar essa situação”, destacou a desembargadora Maria Helena Póvoas.

O governo do Estado, por meio da Secretaria de Estado de Meio Ambiente (Sema), também se posicionou. Disse que está em andamento na Baía de Chacororé uma série de adequações para



As águas que regam a Baía de Chacororé, a maior do Pantanal de Mato Grosso, estão represadas por obstruções dos canais

manter a planície alagada. A intervenção é feita com base em estudos técnicos realizados pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente (Sema) em agosto de 2020 e é acompanhada pelo órgão ambiental.

“O que causa impacto de fato é a obstrução dos corixos que levam água, e dos barramentos que acabam sendo destruídos ou pela ação humana ou pelo tempo. Estes barramentos devem ser sempre refeitos porque são de pedra, areia, e não podemos fazer uma barragem de concreto

para preservarmos a localidade”, explica.

Ainda de acordo com o governo, as ações na região são feitas em parceria com a Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística (Sinfra). A gestão afirma que as ações começaram em novembro de 2020, com a limpeza da estrada que dá acesso à barragem. No entanto, os trabalhos logo foram interrompidos devido à intensificação das chuvas, que inviabilizou a circulação dos maquinários pela estrada. A previsão é que os serviços sejam

retomados assim que as condições no local foram favoráveis.

Está no planejamento das secretarias a desobstrução de canais que levam água para a baía e a reconstrução de barragens que mantêm a planície alagada. O relatório técnico também prevê a execução do serviço de enrocamento (depósito de uma barreira de pedra). A obra tem a finalidade de proteger a barragem contra efeitos erosivos causados pelos fluxos de água e preservação da biodiversidade no local.

**SEM AUXÍLIO**

Com o fim do benefício o consumo das famílias contempladas será restringido. Quase 3,4 milhões de pessoas podem entrar na extrema pobreza

# População irá cortar mais gastos

Ilustração/ Gilberto Leite

**Da Redação**

A última parcela do pagamento do Auxílio Emergencial será no próximo dia 27 de janeiro, segundo o Calendário da Caixa Econômica Federal. O fim do benefício irá restringir ainda mais o consumo das famílias contempladas e ainda pode levar quase 3,4 milhões de pessoas a extrema pobreza, segundo pesquisa publicada pelo Ibre/FGV.

Na última edição da PNAD Covid-19, com dados de novembro, já mostrava a queda dessa população para a faixa da pobreza. "O impacto da pandemia e do Auxílio Emergencial são, além de distributiva-

mente maiores sobre os mais pobres, também são regionalmente mais fortes sobre o Nordeste e Norte. [...], após a redução registrada do auxílio emergencial, a pobreza extrema teve maior alta no Nordeste, que passou o Norte com a maior proporção, tendo chegado a 10%. No Sul e Centro Oeste, o impacto foi quase nulo, e tal proporção da população continua em torno de apenas 2%", destacou em uma publicação o economista e pesquisador da Ibre/FGV, Daniel Duque.

**CORTES DE RENDA** - Em meio a uma indecisão sobre a continuidade ou não do auxílio, a população mais pobre fará mais corte de gastos em 2021. Esse comportamento já é observado em resultados de pesquisas. Na nova edição do Consumer Sentiment Brasil, pesquisa conduzida pelo Boston Consulting Group (BCG), que avalia o perfil e a demanda do consumidor, foi identificado que 60% dos bra-

sileiros esperam diminuir os gastos neste ano.

O pessimismo com relação a renda é maior entre as classes D e E, a mais afetada pela crise e desemprego.

"O fim do auxílio emergencial terá grande impacto sobre a massa de rendimentos, pobreza e desigualdade em 2021. A capacidade do Governo de contrapor a pandemia com a imunização em massa, além de uma possível aprovação de aumento do orçamento do Bolsa Família, será o principal fator a potencialmente contrapor tal tendência", conclui o pesquisador.

No entanto, aqueles que conseguem economizar, tem se preocupado em guardar dinheiro. Esse comportamento foi observado ao longo da pandemia. De acordo com o Banco Central (BC), em 2020 foram depositados R\$ 166,31 bilhões a mais do que retiraram da aplicação caderneta de poupança. Só em dezembro, os brasileiros depositaram



A última parcela do pagamento do Auxílio Emergencial será no próximo dia 27 de janeiro

R\$ 20,61 bilhões a mais do que sacaram.

O tópico não aparecia no ranking de categorias em que os consumidores pretendiam investir antes da pandemia, agora a preocupação poupar surgiu na 8ª posição em março de 2020 e persis-

tiu ao longo do ano e já aparece nos "top 4".

**CORTE DOS ITENS NÃO ESSENCIAIS** - A categoria de não essenciais - como roupas e eletrônicos - será a mais afetada com o fim do auxílio emergencial. Ao todo, 58% dos entrevistados

afirmaram que diminuirão as compras neste segmento durante o ano. A categoria de alimentos e bebidas é a segunda mais afetada (47%), seguida da de despesas domésticas (36%), que inclui de itens decorativos a aluguel.

**SEM VENDA DIRETA**

## Sefaz alerta para golpe de venda de mercadorias

Silvana Pompeu | Sefaz-MT

A Coordenadoria de Mercadorias Apreendidas (CMAP), da Secretaria de Fazenda está fazendo um alerta à comerciantes e à sociedade mato-grossense sobre supostas vendas de mercadorias apreendidas por parte do órgão. Recentemente um empresário de Sinop (500 kms ao Norte de Cuiabá) foi vítima de um golpe, quando dois criminosos, dizendo-se servidores, lhe venderam 2,6 mil caixas de cerveja, supostamente apreendidas pela Sefaz.

A CMAP somente realiza leilão, ou procedimento de liberação de mercadorias mediante processo formal, com recolhimento via documento de arrecadação, ou doações às entidades

filantrópicas também por meio de processos.

A Sefaz não realiza venda direta, como salienta o coordenador de Mercadorias Apreendidas (CMAP) Erivaldo Júnior. "Sempre que houver necessidade de se alienar mercadoria apreendida, será feita mediante concorrência pública na modalidade Leilão", menciona o coordenador.

Referente a mercadorias com prazo de validade curto no caso a vencer, existe um protocolo a ser seguido pela Secretaria de Fazenda. Além disso, os leilões são divulgados no site da Sefaz.

**O GOLPE** - Um empresário da cidade de Sinop (500 km ao norte de Cuiabá) caiu recentemente em um golpe praticado por estelionatários e perdeu R\$ 90 mil após comprar 2,6 mil

caixas de cerveja. Um dos criminosos disse que era diretor da Secretaria de Estado de Fazenda (Sefaz) e entrou em contato com a vítima.

O homem disse que tinha um lote de cervejas que haviam sido apreendidas, mas que estavam disponíveis para venda. A venda estaria autorizada porque as bebidas estariam próximas da data de vencimento. O suposto diretor da Sefaz então disse que, normalmente, o valor do lote das cervejas custaria R\$ 130 mil, mas que poderia vender mais barato.

Os fatos ocorridos na cidade são objeto de investigação interna pelas unidades competentes e também pela Polícia Judiciária Civil (PJC-MT).

A Secretaria de Fazenda permanece à disposição para quaisquer esclarecimentos e informações.

**INDUSTRIÁRIO**

## Projeto prevê construção de 27 km de dutos de gás

Da redação

Com contrato firme de gás assinado com a Bolívia e a garantia de fornecimento do combustível, a Companhia Mato-Grossense de Gás (MT Gás) implementou uma série de ações para fomentar o seu uso pela indústria, por motoristas de aplicativos e até por transportadores de carga leve.

Um dos principais projetos para o próximo ano é a construção de dutos para levar o gás, de forma mais barata e em maior volume, para as indústrias do Distrito Industrial.

"O gás vai direto, como se fosse água ou energia elétrica. Esta é a lógica, que o torna mais barato e mais atrativo ainda para a indústria. Serão 27 quilômetros de dutos construídos, com base no projeto que já

está em licitação neste mês", afirmou o presidente da estatal, Rafael Reis.

A MT Gás existe há mais de 15 anos, tendo 1200 metros de gasoduto, ligando o gás que chega da Bolívia ao City Gate. Um estudo recente, revelou que no Distrito Industrial existe uma demanda reprimida de mais de 3 milhões de m³. Com base nestes dados, um edital de contratação do projeto do gasoduto foi lançado e na próxima segunda (13) acontecerá a licitação para concluir toda a estrutura, que será de 27 km de extensão ligando até o Atacadão. A obra tem previsão para ser concluída em 18 meses.

O presidente explica que com o duto, o gás fica ainda mais barato. "Há um custo de R\$ 0,89 entre a sua compressão e descompressão

são. Os mates (cilindros onde é transportado o gás comprimido) são carregados a uma pressão muito alta. No duto, isso não existe. O gás vai direto como se fosse água, como se fosse energia elétrica. A lógica do sistema que torna o gás mais barato e mais atrativo ainda para a indústria é essa".

"Nossa necessidade aponta para a construção destes 27 quilômetros. Usamos tecnologias mais modernas e avançadas que as do projeto inicial, pensado há 10 anos, ainda no início do gás no Estado. Hoje pode ser feito muito mais rápido e mais barato. O custo caiu pela metade. Uma obra que custava em torno de R\$ 23 milhões, estimamos fazer por R\$ 11,5 milhões", conclui Rafael.

(Com assessoria de imprensa)

**RETOMADA**

## O setor espera atingir o maior avanço em oito anos

Da redação

As perdas do mercado de imóveis em 2020 devem ser superadas neste ano. O setor espera atingir o maior avanço em oito anos, segundo a Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC). Estima-se um crescimento seja de 4%, após o recuo de 2,8% em 2020. Cuiabá é uma das cidades que devem contribuir para esse resultado. Só para este 1º semestre, há expectativa de que o número de lançamentos de imóveis supere em 40% os do ano passado.

"Aprendemos a lidar com o vírus e, já no segundo semestre do ano

passado, as empresas voltaram a fazer lançamentos, e isso deve continuar neste semestre. Cuiabá deve ter 40% a mais de lançamentos que 2020", afirma Fausto Echer, diretor do Sindicato das Indústrias da Construção do Estado de Mato Grosso (Sinduscon-MT).

Até o mês de setembro do ano passado, a Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC) identificou um crescimento acima de 57% nas vendas de imóveis no Brasil, ante o mesmo período de 2019. Esse cenário deve perdurar ainda no início de 2020, mas os preços dos imóveis tendem a subir.

"Sempre reforçamos às pessoas que uma forma de economizar é que optem por comprar imóveis na planta. Esse é o momento em que o imóvel está mais barato e com juros menores também. Neste ano estamos com alta demanda de crédito e um mercado imobiliário mais ativo, mas esses imóveis ficaram mais caros ou terão reajustes por causa do aumento dos preços dos materiais que tivemos nos últimos oito meses", aponta Fausto.

Em todo país, os preços de imóveis residenciais registraram alta de 3,67%, conforme o índice Fipe Zap. O principal motivo apontado pelos

empresários do setor foi o desabastecimento ocorrido no terceiro trimestre do ano, conforme sondagem realizada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), com apoio da CBIC. A falta ou o alto custo de matéria-prima foi apontada por 39,2% dos participantes.

De acordo com o INC-C-Materiais e Equipamentos, calculado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), a alta de preços no período de janeiro a novembro foi de 17,72%, a maior do período pós-real. Alguns insumos chegaram a registrar aumentos superiores a 50% no mesmo período.

**APRENDIZADOS** - A crise sanitária de 2020

provocou uma corrida pela digitalização de processos no mercado imobiliário. Cartórios, construtoras e prefeituras precisaram se readaptar ao momento de isolamento social. A inclusão da tecnologia acelerou a desburocratização de processos durante a pandemia.

"Não é de hoje que Cuiabá usa tecnologia para aprovação de projetos. Esse trabalho fizemos junto com o Juarez Samaniego [ex-secretário municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano] e virou referência nacional. A aprovação digital de projetos acelerou os processos e eliminou o vai e

volta de documentação há pelo menos quatro anos, e foi intensificado na pandemia", destaca Fausto.

Além da adaptação do mercado imobiliário ao canal digital, outra mudança deve movimentar os novos projetos de imóveis neste ano. "A pandemia fez com que as pessoas buscassem imóveis que atendam as novas realidades como espaço para home office. Os novos empreendimentos estão atentos a essa demanda e incluindo nos projetos atividades para home office ou coworking [escritórios compartilhados]. É uma tendência pós-pandemia", destaca.

## MERCADO DA CARNE

Valor pago ao produtor registra alta de 12% no último mês; tendência é que os preços da carne continuem elevados nas gôndolas dos mercados

# Boi atinge novo recorde de preço

Ilustração



O preço ao produtor superou as perdas do fim do ano passado, com valorização de 12% em quase um mês

pelo Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea), que divulgou nesta sexta uma análise sobre as perspectivas do mercado para 2021.

“Depois de registrar recordes ao longo do ano passado, o setor pecuário nacional inicia 2021 com perspectivas positivas para o mercado. Os principais fatores que fundamentam esse cenário mais otimista estão relacionados à demanda externa e à possível continuidade de oferta restrita de animais para abate neste ano. Ainda que com menor intensidade, outro fator que pode influenciar uma sustentação dos preços internos é a demanda doméstica, que pode se aquecer em 2021, à medida que a economia brasileira se recupere”, avaliam os analistas do Cepea.

Em Mato Grosso, depois de a arroba do boi à vista alcançar seu pico de preço no início de novembro de 2020, o produto passou a registrar quedas e causou perdas de até 10% para o pro-

duto em dezembro. A pressão de baixa na arroba do boi gordo, em novembro, foi pautada pela menor demanda interna e as menores precificações no mercado externo.

Essa desvalorização, no entanto, não chegou à ponta da cadeia. No

varejo, os consumidores continuaram encontrando os preços da proteína em alta.

**ESTABILIZAÇÃO** - A previsão para este 1º trimestre de 2021, segundo os analistas do Cepea, é que o mercado doméstico ainda passe por um período de ajustes, de-

vido ao fim do auxílio emergencial do governo e à alta taxa de desemprego.

“Esses fatores, somados à já típica demanda enfraquecida em início de ano, por conta do comprometimento do orçamento das famílias, podem fa-

zer com que o mercado fique pressionado, sobretudo no primeiro trimestre. Já nos meses seguintes, as expectativas são de recuperações na economia e na renda, o que pode trazer um incremento na demanda por carne”, destaca o relatório.



## Da redação

A arroba do boi gordo à vista em Mato Grosso começou 2021 em alta. Em um intervalo de quase um mês, o preço já teve valorização de quase 12%, saindo de R\$ 239,04, no dia 17 de dezembro de 2020, para R\$ 267,07 na última sexta-feira (15). O reajuste não só recuperou as perdas dos últimos dois meses como superou o pico de seu valor, registrado no dia 16 de novembro, quando era vendida a R\$ 266,23.

A demanda externa por carne bovina e a oferta ainda restrita são alguns dos fatores que devem contribuir para preços mais caros do produto neste ano. Essa previsão é feita

Ricardo Matsukawa/ Sebrae-SP



Para evitar perdas e desfalques maiores, as empresas adotaram o home-office e profissionais aprovaram nova realidade

## ROTINA HÍBRIDA

### 91% aprovam trabalho remoto

## Da redação

O isolamento social, em razão da pandemia da covid-19, forçou a migração do trabalho presencial para o remoto. Nove meses depois de convívio com a doença e mais adaptados à uma rotina híbrida, uma pesquisa revelou que 91% dos profissionais, se pudessem escolher, gostariam de trabalhar em casa em 2021. O percentual é parte do Índice de Confiança Robert Half, que revela as perspectivas de contratação e expectativas atuais do mercado de trabalho para os próximos seis meses.

A cada diagnóstico positivo para covid-19 significa, pelo menos um funcionário é afastado. Para evitar perdas e desfalque maiores, empresas adotaram o afastamento preventivo, com atividades home-office, para evitar contaminações e queda na produtividade

“Contratar uma pessoa, ou uma equipe, para fazer parte de um time que trabalhe de maneira

híbrida, parte na empresa e parte em home office, deve ser a tendência das organizações daqui para frente. O home office, que antes era tratado como uma ideia a ser pensada, saiu do papel em tempo recorde e os resultados, para empresas e colaboradores, foram positivos em sua maioria. Os processos seletivos seguiram o mesmo caminho. Ainda que existam algumas questões sobre a contratação remota, pesquisas apontam que a pandemia deve mudar definitivamente a forma como as empresas realizam seus processos de recrutamento e seleção”, afirma a empresa de recrutamento responsável pela pesquisa.

Passada a fase de adaptabilidade, muitos profissionais aprovaram a ideia e disseram na pesquisa que gostariam de continuar em 2021. De acordo com o levantamento da empresa, 47% dos entrevistados que buscam uma recolocação disseram que gostariam de trabalhar mais

dias em casa e menos no escritório. Outros 29% afirmaram que mais dias no escritório e menos dias em casa seria o ideal. Já para o trabalho 100% remoto, 16% disseram ser favoráveis.

A pesquisa da 14ª edição do Índice de Confiança Robert Half (ICRH) entrevistou 387 pessoas para cada uma das três categorias (empregados permanentes, desempregados e recrutadores), distribuídos regionalmente e proporcionalmente pelo Brasil, de acordo com os dados do mercado de trabalho coletados na PNAD.

“O objetivo é monitorar o sentimento dos profissionais empregados, desempregados e dos recrutadores, que podem estar otimistas ou pessimistas com relação à situação atual do mercado de trabalho e à economia”, explica a publicação.

As respostas da sondagem conduzida pela Robert Half foram coletadas entre 10 de novembro e 25 de novembro de 2020.

## PEDRA NO CAMINHO

### Indústria 'tropeça' na retomada

## Da redação

A produção industrial em Mato Grosso sofreu queda no mês de novembro de 2020. O setor tinha registrado uma leve recuperação em outubro, mas voltou a recuar no mês seguinte, conforme mostra a Pesquisa Industrial Mensal (PIM - Regional), divulgada nesta quinta-feira (14) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Na comparação entre os resultados de novembro de 2020 com o ano anterior, o recuo é ainda maior (-18,4%), tido como o pior desempenho nacional.

Segundo a PIM Regional, das 15 localidades analisadas pelo IBGE, dez apresentaram alta de outubro para novembro, mas Mato Grosso e Pará aparecem em destaque dentre as que tiveram quedas. Pará fechou o período com -5,3%, seguido por Mato Grosso, com -4,3% na produção.

“O principal componente da queda foram os resultados negativos dos setores de alimentos, muito influente na indústria local, e de derivados do petróleo e biocombustíveis”, apontam os pesquisadores do IBGE.

Para Mauro Santos, superintendente da Federação das Indústrias de Mato Grosso (Fiemt), o resultado da produção industrial no estado é equivalente ao nacional, pois todos os estados sofreram perdas e oscilaram em razão da pandemia da covid-19.

“O PIM nos mostra que a produção industrial de Mato Grosso teve um comportamento similar à nacional.

No período de janeiro a novembro, nosso estado apresentou uma queda de produção de -5,8% e o país de -5,5%. Já na comparação entre outubro e novembro, o Brasil teve um crescimento de 1,2%, impulsionado pela indústria de automóveis, máquinas e equipamentos, eletrodomésticos dentre outros produtos. Enquanto Mato Grosso sofreu queda de -4,3%, nesse intervalo”, destaca Mauro Santos.

Mauro explica que a diferença entre o resultado regional e o nacional ocorreu devido à falta de insumos para a indústria local.

“A falta de matéria-prima afetou vários setores. Faltaram aço, vidro, fibras, plásticos e outros insumos, o que afetou outros setores como produção de madeira, fábricas de alimentos e bebidas, e também a indústria da construção. Porém, ressalto que, apesar disso, ao longo do ano o resultado de Mato Grosso é muito parecido com o nacional”, detalha.

Dependendo do segmento de atuação da indústria, a falta de in-

sumos comprometeu até 81% de sua produção, conforme revelou o boletim de sondagem especial feito em novembro pela Confederação Nacional das Indústrias (CNI).

A escassez de matéria-prima para a indústria gerou consequências negativas como desequilíbrio entre as cadeias produtivas e o encarecimento de produtos para o consumidor final. Segundo a CNI, o problema ficou mais evidente entre os meses de outubro e novembro.

“Os estoques iniciaram novembro ainda baixos e a dificuldade de se conseguir insumos e matérias-primas aumentou. Esse problema desorganiza as cadeias de produção e repercute em quase toda a indústria”, pontua a entidade.

Na prática, o problema ocasionado na base - falta de insumos - repercute nas empresas seguintes até alcançar o consumidor final. Parte desse efeito dominó ocorre porque quase metade da produção da indústria brasileira é vendida para a própria indústria nacional.

## RESULTADOS POSITIVOS

A produção industrial apresentou alta em 10 dos 15 locais analisados pela PIM-Regional, na passagem de outubro para novembro. O resultado mostra também que oito localidades superaram o patamar de fevereiro, período anterior à pandemia: Amazonas (14,9%), Santa Catarina (9,5%), Ceará (7,5%), Minas Gerais (6,2%),

São Paulo (6%), Paraná (5,9%), Rio Grande do Sul (5,2%) e Pernambuco (1,8%).

Região Nordeste (2,9%), Santa Catarina (2,8%), Ceará (1,7%), Rio de Janeiro (1,6%) também mostraram avanços mais intensos do que a média nacional (1,2%). Paraná (1,2%) e Minas Gerais (0,6%) completam os locais com alta.